timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 112 MAIO 1995

FORA DE CONTROLO

O processo negocial ganhou uma nova dimensão. Após 13 anos de avanços e recuos, a parte timorense parece definitivamente presente. Para Jacarta, o risco é perder o controlo do processo

O processo negocial está definitivamente lançado. Foram precisos 13 longos anos para que, no seguimento da aprovação pela Assembleia Geral da ONU da Resolução 37/30, se chegasse a um formato original de "*consultas com todas as partes envolvidas*", realizado no quadro das Nações Unidas.

É um caminho feito de uma lentidão muitas vezes exasperante e com elevadíssimos custos para todos os timorenses, mas que permitirá a partir daqui acertar o ritmo ao passo dos acontecimentos no mundo, na Indonésia e no próprio território.

RECONHECIMENTO

O encontro de Burg Schlaining era já um marco fundamental antes de começar: pela primeira vez os timorenses eram reconhecidos como uma parte integrante do diálogo que tem como fim chegar a uma "*solução justa, internacionalmente aceitável*" e, pela primeira vez também em 20 anos, aqueles que vivem sob a administração colonial indonésia teriam a oportunidade de conhecer pessoalmente e de conversar com os timorenses que vivem fora de Timor Leste.

Para a Indonésia, o terreno era tão perigoso que, depois de ter tentado, sem êxito, fazer abortar a reunião - que foi adiada e cuja lista de participantes foi acrescentada para satisfazer exigências suas - Suharto ainda teve de dar o mote: "*não queremos nem uma concessão ao actual estatuto*".

E ainda ensaiaram a compra da liberdade de pensamento de Guilherme Gonçalves, *liurai* de Atsabe (*Expresso*, 10/6/95), os jornalistas indonésios presentes cobriam as verdadeiras identidades dos homens da segurança e nas proximidades encontravam-se os embaixadores do regime em quatro capitais: Viena, Haia, Londres e Nova Iorque (os de Haia e Londres foram os que arquitectaram e acompanharam os chamados "encontros de reconciliação" e o de Nova Iorque assegura a representação junto da ONU e tem participado na preparação das conversações entre os MNE de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do SG).

DIVERGÊNCIAS E UNANIMIDADES

No grupo dos 30 participantes do encontro existem basicamente 3 posições, presentes tanto na delegação vinda de Timor Leste e da Indonésia, como nos que vivem no exterior: aqueles que exigem o referendo como forma de exercer o direito à autodeterminação, aqueles que negam qualquer mudança ao estatuto actual de "27ª província" da Indonésia e aqueles que vêem num estatuto especial de autonomia para o território uma possível solução para os graves problemas existentes (apesar de Suharto já ter recusado uma proposta nesse sentido contida num documento elaborado em 94 por Abílio Osório Soares, governador da "província").

Todos, no entanto, e por isso foi possível chegar a uma Declaração final subscrita por unanimidade, estão de acordo num ponto fundamental: nada pode continuar como está.

PRESENTES E AUSENTES

Do que transpirou para o exterior, duas figuras se destacaram. O Bispo Ximenes Belo, cujo documento "As perspectivas gerais da Igreja Católica sobre Timor Leste" reuniu o consenso, apesar de afirmar, claramente, que "*os timorenses querem e aspiram a ser donos dos seus lares e da sua terra*" e que "*os timorenses sentem que estão anexados (conquistados) e não integrados numa civilização respeitável e consoante com o direito internacional*". E o *liurai* Guilherme Gonçalves, fundador do par-

neste número:

ÁUSTRIA: FORA DE CONTROLO

ENTRE O LAR E O EXÍLIO

NOTÍCIAS DA FACE OCULTA

tido APODETI, ex-governador da "província" nomeado pela administração indonésia.

A sua coragem, ao denunciar a forma como foi subscrita em 1975, sob coacção, a chamada Declaração de Balibó que pedia a intervenção da Indonésia para "libertar" os timorenses (e que afinal foi fabricada e assinada em Bali, na Indonésia, conforme outros timorenses tinham já referido há anos atrás, nomeadamente João Carracalão, perante o Comité de Descolonização das Nações Unidas) e ao pedir que todos se unissem na luta pela independência de Timor Leste, é um acto de consequências a longo prazo. Ele não deixará de tocar profundamente muitos timorenses e deixará ainda mais descalça a diplomacia de Jacarta, sempre a invocar a tal Declaração como o fundamento político e legal da invasão e ocupação do território.

Dois outros personagens centrais na recente história de Timor Leste estiveram fisicamente ausentes: Mário Carrascalão, inicialmente incluído na lista dos participantes mas que não aceitou o convite para estar presente, como todos os outros, "*na sua capacidade pessoal*" pois, segundo afirmou, esta condição não existe enquanto servir como embaixador da Indonésia (na Roménia) e Xanana Gusmão, preso em Cipinang. O dirigente da Resistência timorense conseguiu enviar uma carta a cada um dos compatriotas presentes na Áustria onde, "*como filho de Timor Leste que sou e de que me honro, convido o meu irmão a pensar com clareza, a analisar com profundidade para decidir com responsabilidade. Espero que tenha assumido que chegou finalmente a hora para decidirmos por nós mesmos.*"

Muito para além dos efeitos mediáticos e diplomáticos do encontro de Burg Schlaining, as suas consequências chegaram rapidamente a Timor. Entre os que apoiaram expressamente os resultados da reunião na Áustria, Manuel Carrascalão, membro do parlamento local, disse à agência *Reuter* (7/6/95): "*E sugiro que o governo e as forças armadas devolvam as propriedades, tais como casas e terras, aos seus proprietários timorenses, a quem eles as retiraram.*"

ENTRE O LAR E O EXILIO

Jeremy Wagstaff, jornalista da *Reuter* em Jacarta, falou recentemente com vários jovens timorenses vivendo na Indonésia.

"*Declinou a comida, estremeceu quando sorveu um pouco de água gelada e dormitou durante a refeição. Quando Domingos abriu os olhos era fácil perceber que o recente espancamento, que lhe tinha deixado a cara intumescida e pisada, não era a pior coisa que lhe tinha acontecido na vida.* 'Às vezes apetece-me voltar para lá, mas não tenho ninguém à minha espera', *disse em indonésio, a sua voz rouca cortando o ambiente de classe média do restaurante em Jacarta. 'Lá' refere-se a Timor Leste de onde Domingos (nome fictício) escapou há 13 anos.*

Ele é um dos milhares de jovens que fugiram da guerra, da pobreza ou da tortura desde que a Indonésia ocupou Timor Leste em finais de 1975. Nem todos conseguiram fugir. Os timorenses calculam que existam cerca de 1500 jovens espalhados por Java, a mais populosa das ilhas indonésias, vivendo num mundo sombrio, a meio caminho entre o lar e o exílio.

Todos os que foram entrevistados disseram que, embora enfrentem vexames e humilhações como os que passou Domingos - que diz ter sido espancado por marinheiros em dia de folga, aparentemente por ser timorense - têm relativamente mais liberdade do que se estivessem em Timor. Ali, afirmam, teriam de enfrentar uma vigilância mais apertada, intimidações mais persistentes e torturas mais sistemáticas às mãos dos militares indonésios.

'Tenho de sair deste país. É mais difícil para mim se voltar para Timor Leste. É melhor partir', *diz José (nome fictício), 23 anos, que vive em Java desde 1991. Nesse ano a filha do presidente Suharto, Tutut, ofereceu a centenas de jovens timorenses alimentação, educação e emprego se eles se mudassem para Java, aparentemente para os tirar da influência do movimento de resistência. Mas, de acordo com José e outros, os ganhos foram, na melhor das hipóteses, fugazes. A maior parte deles não teve os prometidos estágios, salários ou bolsas de estudo. José desistiu o ano passado depois de se ter queixado sistematicamente contra as condições de trabalho.*

Muitos acabaram como seguranças em bordeis, discotecas e casas de jogo, nas esquinas mais escuras de Jacarta. Mas estes empregos são mal pagos e perigosos. Eduardo (nome fictício) trabalhava como segurança num bordel em Jacarta Ocidental quando no mês passado, estando de folga, foi atacado por soldados e mais tarde preso. Conta que foi levado para um recinto militar onde foi torturado.

Nem todos os timorenses passaram por tais experiências. Paulo (nome fictício), de 24 anos, mantém o seu emprego numa fábrica de vidro, onde ganha 100.000 rupias (perto de 7 contos) por mês, um quarto do que lhe tinha sido prometido. Mas o sentimento de injustiça não é relevante quando comparado com o que a maioria dos jovens timorenses vê como sendo o seu objectivo final. 'Tenho um emprego mas, no meu coração, Timor Leste continua a ser a questão principal. O emprego só serve para este momento', *diz Paulo, um jovem infatigável, de olhar duro e sorriso tímido.*

Ele reflecte os sentimentos de todos os que entrevistámos: o povo timorense nunca aceitará a dominação indonésia que até as estimativas mais conservadoras dizem que custou a vida, nos últimos vinte anos, a 200.000 timorenses, devido à guerra e à fome. E para os fragilizados jovens timorenses em Java - as suas feições mestiças escuras distinguem-nos dos indonésios que os rodeiam - isto não é uma frase feita.

Conseguiram iludir a vigilância policial e organizar manifestações na zona central de Jacarta, incluindo a escalada da cerca da embaixada americana no ano passado, com o objectivo de fazerem seus os títulos de primeira página durante a cimeira da APEC. Todos os que se envolveram nos protestos da embaixada estão a salvo, no exílio, a maioria em Portugal.

As Nações Unidas há muito que procuram uma solução política para a questão, mas a Indonésia tem tornado claro que, para ela, a soberania não é negociável. Argumenta que tem gasto milhões de dólares a melhorar o dia-a-dia dos timorenses, com a construção de estradas, hospitais e escolas e, ironicamente, dando aos jovens como aqueles em Jacarta, pelo menos a educação básica.

Muitos timorenses querem a independência. E para os que ainda estão na capital indonésia, a vida continua a ser uma coexistência confusa de duplicidades, num ambiente muitas vezes hostil, entre o evitar a repressão oficial e o planear as manifestações anti-indonésias. Para Domingos, cuja vida se confunde com a história recente de Timor Leste, a questão é muito simples: 'A minha única esperança é que Timor Leste seja devolvido aos timorenses.'"

NOTÍCIAS DA FACE OCULTA

Notícias enviadas pela Frente Clandestina da Resistência timorense dão conta da situação no território no primeiro trimestre deste ano

A crescente importância que as diversas formas de resistência urbana vêm assumindo em Timor Leste, tem levado alguns analistas a interrogar-se sobre o real peso da guerrilha e a questionar a sua própria sobrevivência política e física. Longe do impacto mediático das manifestações de rua em Díli ou Jacarta, a resistência armada continua no entanto a ser encarada pelos timorenses como "*a suprema reserva moral da Pátria*" (nas palavras de Xanana Gusmão) e a sua capacidade de sacrifício é fonte de inspiração para os jovens das cidades e vilas ocupadas.

Duas comunicações recentes (Março e Maio) assinadas por Sabalae, o responsável máximo da Frente Clandestina do CNRM, traçam uma panorâmica da situação no interior de Timor Leste, seja nas cidades seja nas montanhas.

NINJAS

O destaque atribuído nos referidos documentos a estas milícias repressivas confirma que actualmente o grosso das violações de Direitos Humanos nas zonas urbanas lhes está cometido, mais do que directamente à polícia ou ao exército.

O recrutamento destes mercenários é feito essencialmente entre os timorenses - um dado revelador do esforço posto pela Indonésia na "timorização" do conflito - sendo alguns trazidos de localidades do interior e treinados pelos militares em Comoro (Díli) e os restantes seleccionados nos batalhões nativos 744/745 ou nas forças de intervenção, Brimob.

O seu enquadramento é feito por destacados colaboracionistas timorenses, sob supervisão e pagamento da polícia política (10 a 20 mil rupias por operação, o equivalente a cerca de uma semana de ordenado no território). Os "milicianos" são armados com AR15 e transportados em viaturas militares Hino e Mercedes.

As acções são tipicamente de intimidação e provocação (assaltos nocturnos, execuções sumárias, sequestros e espancamentos) e, segundo o responsável da Frente Clandestina, não se circunscrevem apenas a Díli, o que acontecia de início, mas estendem-se também a Ainaro, Same, Aileu, Ermera (zona ocidental do território) e Venilale (leste).

A reacção dos moradores tem reduzido o sucesso destas acções, em geral limitadas às zonas mais periféricas e desprotegidas dos bairros.

PRISÕES

A ocupação dos jardins da embaixada dos EUA em Jacarta em Novembro de 1994 e as manifestações que se lhe seguiram em Timor Leste, foram o pretexto para uma vaga repressiva, sem precedentes nos anos mais recentes.

Sabalae dá-nos alguns pormenores sobre essas acções. Por exemplo, sabia-se das quase duas centenas de estudantes então detidos em Díli, mas não que nessa altura foram também presos e torturados em Oécussi - enclave situado dentro do Timor indonésio mais de 40 jovens, acusados de ligações aos protestos de Díli (segundo aquele responsável estes contactos existem de facto e datam já de 1991).

As operações de busca de elementos suspeitos foram de tal forma intensas que foi imposto um rigoroso controlo em todas as estradas, em que a simples existência de tatuagens era usada como factor de incriminação. Muitos dos perseguidos continuam a monte, sendo superior a mil o número de suspeitos cujo nome constará nas listas da polícia.

COMBATES

Os motins de finais de 1994 e início de 1995 em Díli e Baucau, originaram um acentuado reforço da presença militar indonésia. Segundo o balanço da Frente Clandestina, dos 17 batalhões estacionados no território em Novembro, passou-se para quase trinta actualmente.

Uma das zonas operacionalmente mais activa é o sector Oeste (junto à fronteira com Timor indonésio), onde ainda há três anos atrás não havia praticamente presença da guerrilha. Aos 5 batalhões indonésios aí estacionados, somam-se 7 no sector Central e 3 ou 4 em Díli. A zona Leste continua a ser a que regista maior actividade militar, com 10 batalhões.

O número reduzido de situações de confronto directo (referidos 10 combates no primeiro trimestre deste ano) e a tipologia dessas operações confirma a interpretação de que nesse período a dinâmica de guerra foi de ofensiva pelo lado indonésio e de defensiva por parte da guerrilha.

Naturalmente que em circunstâncias dessas, com os guerrilheiros a esquivarem-se ao combate perante tão acentuada desproporção de forças, o número de baixas tem sido reduzido de ambos os lados. Isto apesar da intensa ofensiva indonésia, com o exército a recorrer ao uso massivo de fogo de morteiros de 60 e 120 mm em apoio às operações de assalto da infantaria, visando obrigar os grupos de guerrilheiros a abandonar os seus abrigos. É também identificada a existência (embora não a utilização) de outras armas pesadas, nomeadamente canhões na costa Sul e blindados em Baucau e Díli.

Um outro elemento interessante é a indicação de que a rotação e o reforço das tropas se processa a coberto de uma vasta manobra de diversão. Assim, os contingentes indonésios que pretensamente embarcam num determinado porto de Timor-Leste de regresso a Java voltam a ser desembarcados noutro local do território, de noite. Há três ou quatro portos que são usados para estes embarques/desembarques: Con, Díli, Same e Hera.

A mais provável razão destas movimentações é a de tentar confundir, mais do que a Resistência, a comunidade internacional (nomeadamente os EUA e a própria Austrália), que ultimamente tem vindo a levantar insistentemente a questão da desmilitarização do território.

HOLANDA: HERANÇAS COLONIAIS

Violentos confrontos ocorreram em Haia entre molucanos e a

polícia de choque holandesa, por ocasião da passagem do 45º aniversário da proclamação da República das Molucas do Sul.

Cerca de 3.000 manifestantes daquelas ilhas integrada na Indonésia, concentraram-se no dia 25 de Abril, data da proclamação unilateral de independência, junto à embaixada indonésia na capital holandesa e tentaram romper os cordões de polícia que a isolavam. Seguiu-se uma batalha campal que se saldou por uma dezena de feridos, várias prisões e a destruição de cerca de 60 viaturas.

A proclamação da independência surgiu no seguimento da passagem da Indonésia de República federativa para um regime de poder centralizado e foi rapidamente sufocada por Jacarta. Cerca de 21.000 molucanos do sul abandonaram então as ilhas e procuraram refúgio na Holanda (*Reuter*, 25/4/95).

INDONÉSIA: O CORO DOS TRIBUNAIS

A polícia reabriu o processo do assassinato da activista sindical

Marsinah, cujo corpo foi encontrado com sinais de violação e tortura em 8 de Maio de 1993 no seguimento de uma greve na fábrica de relógios onde trabalhava e da qual tinha sido uma das principais animadoras. Agora, 2 anos depois, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu libertar as sete pessoas que ainda se encontravam presas das nove que foram acusadas e condenadas a penas que iam dos 4 aos 12 anos pela sua morte. Durante o julgamento os advogados dos réus denunciaram a tortura a que os mesmos tinham sido submetidos para confessarem o crime de que eram acusados. Muitos atribuiem a morte da jovem de 26 anos a uma campanha de intimidação dos militares contra o debutante movimento sindical independente (*Reuter*, 19/5/95).

Mochtar Pakpahan, o dirigente máximo da central sindical independente SBSI, foi inesperadamente libertado da prisão depois de em Outubro do ano passado ter sido condenado a 3 anos de cadeia por autoria moral dos confrontos que acompanharam as manifestações de trabalhadores de Medan em Abril de 94. A pena foi depois agravada para 4 anos, em Janeiro deste ano. À sua chegada ao Aeroporto de Jacarta, visivelmente feliz, Pakpahan confessou aos jornalistas que o aguardavam: "*Não estou seguro de ter compreendido plenamente porque é que isto aconteceu, mas, hoje, de repente, disseram-me que ia ser libertado.*" (*Reuter*, 19/5/95).

O Tribunal Administrativo de Jacarta deu razão a Goenawan Mohamad, o antigo editor do semanário *Tempo* suspenso pelo governo em Junho de 94, na acção que este interpôs contra o Ministro da Informação. O Tribunal reconheceu que Harmoko, o ministro, tinha actuado de "*forma arbitrária*" ao mandar encerrar o semanário, violando os decretos que regulamentam a Lei de Imprensa. A decisão surpreendeu o próprio Goenawan que a considerou "*um milagre*" e aquele "*um dia histórico*". No fim do julgamento o juiz que presidiu ao tribunal disse aos jornalistas: "*Esperamos que este veredicto seja uma pequena contribuição para esta república que este ano celebra, em 17 de Agosto, o seu 50º aniversário.*" (*The Australian*, 8/5/95).

TIMOR LESTE: NOTÍCIAS DA REPRESSÃO

As autoridades coloniais indonésias continuam a fazer passar

pelos tribunais, em Díli, os jovens que participaram na manifestação da Universidade de Timor de 9 de Janeiro.

José Pinto, de 22 anos, Pedro da Costa, de 18, e Sandino da Costa, de 20, foram condenados a 26 meses de prisão. Carlos Barreto, de 24 anos, e Paulo Amaral, de 23, foram condenados a 30 meses. Eram todos acusados de exprimirem sentimentos anti-indonésios e pró-independentistas. Os réus, que recusaram advogado de defesa, pediram tempo para decidir se apelariam ou não (*AFP*, 26/5/95). Dias mais tarde, o tribunal condenou, pelos mesmos motivos, Inácio dos Santos a 20 meses de prisão e Lemos Barreto a 21 meses (*Reuter*, 2/5/95).

Entretanto, o chefe da polícia indonésia em Timor, cor. Sugianto, anunciou a prisão de 4 jovens que, segundo ele, se prepararam para se deslocar a Bandung para aí realizar uma manifestação perante o SG das Nações Unidas que se encontrava naquela cidade para participar numa reunião do Movimento dos Não-Alinhados.

ANGOLA: NÃO AOS «AZUIS» INDONÉSIOS

O governo de Luanda opôs-se à participação de tropas indonésias

nas forças da UNAVEMIII que irão controlar a aplicação dos acordos de Lusaca. Quem o disse foi o Presidente do Parlamento angolano durante a Conferência Internacional sobre Timor Leste organizada pela Assembleia da República e que decorreu em Lisboa entre 31 de Maio e 2 de Junho.

Segundo fontes ligadas à representação angolana a esta Conferência, Boutros-Ghali teria sido fortemente pressionado por Jacarta, aquando da sua recente visita àquele país asiático, para que elementos das suas Forças Armadas integrassem as forças dos «capacetes azuis», pretensão esta que o SG teria transmitido às autoridades de Luanda.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317